

A ESCOLA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: EMANCIPAÇÃO HUMANA E SOCIAL

Tairo Pacheco Pacheco¹

Ângela Márcia Guedes Soares²

Leandro Duso³

Resumo:

Este texto é uma análise de parte de um projeto interdisciplinar realizado no segundo semestre do curso de Educação do Campo - Licenciatura, e tem como objetivo central compreender a escola com espaço emancipatório partindo da análise do Projeto Político Pedagógico, observação do espaço escola e entrevista com a comunidade escolar. O território pesquisado está localizado no 3º distrito denominado de Ibicuí D´Armada, distante 50km da zona urbana do município de Santana do Livramento/RS. Para compreender se essa comunidade busca formar cidadãos críticos, realizamos leituras sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para a escola e a comunidade e a estruturação da mesma, além de realizar entrevistas com a gestoras da escola. Após as análises, pudemos verificar que o Projeto Político Pedagógico pode contribuir na formação de sujeitos inseridos no espaço campo e que estes tenham condições de atuarem de forma ativa, crítica e reflexiva na sociedade em que vivem, valorizando o espaço campo e respeitando a diversidade cultural através da formação dos sujeitos camponeses e quilombolas que estão presentes nesta comunidade, ofertando uma educação de qualidade no campo que contribui com o processo de emancipação dessas pessoas e das injustiças do meio capitalista em que vivemos e permitindo ao nosso estudantes a esperança de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Emancipação, Educação do Campo, Dificuldades

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

A ESCOLA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: EMANCIPAÇÃO HUMANA E SOCIAL

¹ Aluno de graduação. thairpacheco@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. angelamarciag.soares@gmail.com. Co-autor

³ Docente. dusoaleandro@gmail.com. Orientador



A ESCOLA COMO PRÍNCÍPIO EDUCATIVO: EMANCIPAÇÃO HUMANA E SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma investigação decorrente de um projeto interdisciplinar realizado no segundo semestre do curso de Educação do Campo – Licenciatura, e propõe compreender qual o papel da escola como ferramenta para o processo de emancipação social e humana. A comunidade pesquisada está localizada no 3º distrito denominado de Ibicuí D'Armada, distante 50km da zona urbana do município de Santana do Livramento/RS.

Segundo alguns autores (CHARLOT, 2012, FREIRE, 1996 e CALDART; ARROYO & MOLINA, 2002) as escolas localizadas nas zonas rurais, devem estar a caminho da busca de um reconhecimento do cotidiano do campo, como um lugar de muitas possibilidades de vida, de trabalho, de relações sociais. No campo, vivem pessoas que buscam o seu lugar como cidadãos de direito e assim, refletem sobre o seu dia a dia, a partir das próprias condições de existência social em que estão inseridas. Sendo assim, a educação faz parte do processo de emancipação, pois faz com que os estudantes busquem, não só para tirar boas notas ou passar de ano, mas para entenderem o mundo e a si mesmos como sujeitos atuantes.

Ao pensarmos sobre emancipação construímos caminhos que possibilitam esse processo de conhecimento e aprendizagem, através de práticas intelectuais e práticas de vida coletiva, possibilitando que o aluno possa compreender o mundo, a vida, que possa assim fazer essa transformação mudando a si mesmo, pois, acreditamos que a emancipação acontece primeiramente em cada sujeito.

Segundo Freire (1997), “Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do texto e leitura do contexto” (p. 23), portanto o ato de estudar, é desocultar, é ganhar a compreensão mais exata do objeto, possibilitando ao aluno, perceber a relação deste objeto com o mundo e, assim, ser livre para fazer escolhas (FREIRE, 1997).

Ser livre, livrar-se é sinônimo de emancipar-se, mas de quê? Uma escola emancipatória é uma escola que liberta. Charlot (2012), quando se refere a palavra emancipatória faz uma relação com a prática cotidiana e dependendo do assunto haverá consequências sobre as formas como se vive e se ensina na escola.

Além dessas reflexões, ainda podemos pensar na educação, não como uma forma de mudar o mundo, mas de situar melhor o aluno neste mundo, sendo mais crítico às coisas que estão sendo construídas no mundo (COSTA, 2003). No entanto, segundo Freire (1997) “a viabilização do país não está apenas na escola, formadora de cidadãos críticos e capazes, mas passa por ela, necessita dela, não se faz sem ela” (FREIRE, 1997, p. 59).

Tendo a clareza que a formação inicial e continuada dos educadores que atuam numa escola do campo e a importância de um projeto político pedagógico (PPP) construído juntamente com a comunidade escolar são fatores que influenciam neste processo, buscamos a investigar se esse documento é uma realidade em uma escola do campo com uma abordagem emancipatória.

Assim, esta pesquisa teve como principal objetivo: “Analisar uma escola do campo, se a mesma se caracteriza como um espaço emancipatório.”

Para tanto, traçamos como objetivos específicos:

- Conhecer a vivência da escola do/no campo como parte complementar à formação como educadores do campo.
- Analisar Projeto Político Pedagógico (PPP), como principal instrumento priorizando um ensino de qualidade na escola do campo.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é principalmente de natureza descritiva e apresenta uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Nesse tipo de abordagem, procura-se, através da subjetividade, explicar ou compreender razões de comportamentos ou preferências.

Ao usar dados qualitativos, coletados de forma indireta, pode-se ter a chance de identificar preferências e comportamentos de certo grupo, de modo não induzido. Como toda a pesquisa qualitativa, valorizam-se os conhecimentos tácitos dos envolvidos, seja dos participantes, seja do próprio pesquisador, mas se enfatiza a impossibilidade de um olhar teórico objetivo e neutro.

Os dados foram coletados a partir da observação no espaço escola, análise do Projeto Político Pedagógico e entrevista com a comunidade escolar, no qual foram registrados e após analisado através da análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Em conversa com as gestoras da escola, sobre o PPP, as mesmas nos disseram que quando ali chegaram lhes foi entregue um projeto que era uma base metodológica, contendo cinco páginas, não sendo caracterizado como um PPP, pois estava incompleto, porém percebiam que havia o interesse dos profissionais que atuavam no momento, pela busca de uma educação de qualidade, porém sem uma perspectiva de escola do campo. O PPP era o mesmo utilizado por todas escolas localizadas na zona rural de Santana do Livramento, e todo as anexos desta escola.

Com a intenção de promover a esta comunidade o direito de escolher a equipe diretiva da escola e de torná-la independente da escola, a atual gestão deu início a construção do PPP da mesma. Este processo iniciou-se no 1º semestre do ano de 2015, com pesquisas na comunidade e a participação da mesma, reuniões com professores para definir qual a linha pedagógica a ser seguida e enfim a sistematização de todo material que foi coletado.

Assim pudemos constatar que o PPP é um documento importantíssimo da escola na qual vem a estabelecer objetivos que possam ser desenvolvidos no trabalho educativo no processo de ensino e aprendizagem na escola, garantindo e contribuindo assim a qualidade de ensino. Visando, assim a valorização da escola do campo e priorizando e respeitando as diversas culturas através da formação dos sujeitos camponeses e quilombolas que estão presentes naquela comunidade, no qual ressalta a importância da permanência dos jovens no campo.

A escola desencadeou essa mudança e transformação, garantindo o desenvolvimento de técnicas de sustentabilidade que sejam fundamentais na formação dos discentes e docentes, visando assim os conhecimentos e experiências dos estudantes e buscando soluções e melhorias para a comunidade junto a escola que tem um papel importantíssimo nessa transformação social.

Dessa forma, pudemos verificar que o PPP da escola, construído por professores, estudantes, comunidade e CPM (Círculo de Pais e Mestres), e com o objetivo que haja uma organização política e pedagógica na escola.

Quando nos referimos à escola do campo, pensamos em uma proposta de construção de uma pedagogia para os povos do campo que vise a identidade e autonomia das populações que estão ali inseridas.

Esse processo estaria voltado para a formação autônoma e crítica dos sujeitos que possibilita uma aprendizagem que, segundo Paulo Freire (1996, p.43): “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Além disso, quando buscamos compreender a Escola como Espaço Emancipatório, percebe-se que o PPP tem papel fundamental nessa emancipação na educação do campo, e, que já está ocorrendo, pois percebemos que a escola vem desencadeando e desenvolvendo projetos que valorizam a vivência daquela comunidade, possibilitando assim que os estudantes participem como ser integrante e crítico, respeitando as diversas culturas.

Ao pensarmos sobre emancipação construímos caminhos que possibilitam esse processo de conhecimento e aprendizagem, através de práticas intelectuais e práticas de vida coletiva, possibilitando que os estudantes possam compreender o mundo, a vida, que possa assim fazer essa transformação mudando a si mesmo, pois, acreditamos que a emancipação acontece primeiramente em cada sujeito.

Charlot (2012) nos remete numa reflexão sobre Escola Emancipatória: “Em uma sala em que as crianças fazem o exercício que a professora disse que tem que fazer só para ter uma boa nota, não há uma prática emancipatória, mas uma prática de escravo da sociedade contemporânea.” (p.10). Nesse sentido, encontramos no PPP da escola, objetivos, que procuram responder às expectativas e às exigências da comunidade escolar.

Também é de tal relevância ter o conhecimento das leis que vem a orientar as escolas do campo visando o bem-estar dos sujeitos e priorizando a educação no qual são merecedores.

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LBD- nº 9394/96, no artigo 28, institui que na educação básica para a população rural, o ensino deverá se adaptar às peculiaridades da vida rural e de cada região, adequar o calendário escolar com as fases do ciclo agrícola e condições climáticas e que os conteúdos curriculares e as metodologias sejam apropriadas as necessidades dos alunos da zona rural.

O PPP vigente na escola, nos remete a reflexão sobre a importância desse documento que vem sendo construído e discutido no qual envolve muita pesquisa e estudo por parte dos elaboradores, envolvendo todo coletivo escolar que vem a influenciar no processo de formação social dos povos daquela comunidade no qual a maior preocupação é a qualidade do ensino, na perspectiva de uma escola emancipatória onde todos sejam transformadores do futuro.

Dessa forma, entendemos que: “O campo é lugar de vida e educação!” A educação do campo ela envolve a vida como um todo!

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho estamos construindo a nossa compreensão do que é uma escola emancipatória e que veio agregar conhecimentos e experiências a partir de análise do PPP o que nos remete uma reflexão sobre a escola emancipatória.

Acreditamos que devemos ultrapassar essa concepção que a educação é simplesmente o ensino de disciplinas e de incluir pessoas em uma sociedade cada vez mais desigual para atuarem no mercado de trabalho. Devemos nos apropriar de

uma educação emancipatória e vive-la constantemente. Assim transformando essa sociedade em que vivemos, onde a força do trabalho serve apenas para enriquecer os “patrões” e não tendo o direito de ser dono daquilo que produz. Sendo assim pensamos que a educação e a escola como espaço emancipatório tem um grande desafio que é transformar essa situação, e aqui nos referimos às escolas do campo onde é nossa realidade diária.

Entendemos que uma escola emancipatória deve ser o espaço onde o aluno encontra e faz uso do conhecimento a seu favor. Lembrando que o conhecimento é diferente da informação. Veja a importância de nós, educadores, enquanto mediadores para que este aluno faça uso destas informações e as transforme em conhecimento que irá contribuir na sua formação como sujeito crítico e reflexivo, que entenda o sentido de SER e ESTAR no mundo.

A escola que almeja atuar como espaço emancipatório deve conhecer a sua comunidade, fazer uso de sua história, levar o aluno a perceber-se como indivíduo histórico, seja na sua comunidade, seja na sua família, na sua cidade ou no seu país, que ele faz parte do mundo e da transformação. Uma escola emancipatória faz de seus alunos protagonistas de um futuro melhor e não apenas meros espectadores.

Dessa forma, podemos constatar o que poderá ser uma escola emancipatória, percebendo o quanto é importante o papel da escola nas diversas localidades e comunidades, que vem influenciar no processo de formação dos sujeitos e vida no campo.

5. REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/12/1996.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento. Expressão Popular. São Paulo, 2004.
- CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. Brasília –DF: Articulação Nacional por uma Educação básica do Campo, 2002.
- CHARLOT, B. Pressupostos e exigências para uma Prática Pedagógica “Emancipatória” na Contemporaneidade. Conferência realizada em março de 2012. Departamento de Educação Campus I da universidade do Estado da Bahia (UNEB). 2012.
- COSTA, M.V. A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Professora Sim- Tia Não. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997.
- LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986